

MANIFESTAÇÕES POPULARES NO BRASIL ATUAL: SOCIEDADE CIVIL EM REDE E REIVINDICAÇÕES SOBRE O PODER POLÍTICO

Antoni Francesc Tulla i Pujol
Universitat Autònoma de Barcelona

Fernando Goulart Rocha
Instituto Federal de Santa Catarina

Fernando dos Santos Sampaio
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Manifestações populares no Brasil atual: sociedade civil em rede e reivindicações sobre o poder político (Resumo)

O Brasil assistiu entre os meses de junho e julho de 2013 a uma sequência de manifestações desencadeadas a partir dos protestos contrários ao aumento da tarifa de transporte coletivo na cidade de São Paulo. As manifestações, mobilizadas por meio das mídias sociais, em pouco tempo proliferaram-se pelo país e a problemática do transporte público urbano foi somada a uma série de outras pautas de reivindicação. Entretanto, semanas depois de seu início, as manifestações transitaram da insatisfação política a um espetáculo de mídia e revelaram demandas da sociedade brasileira frente aos poderes de Estado no contexto da composição e de luta de classes no atual cenário social e econômico do país.

Palavras-chave: Brasil, Estado, manifestações, poder, classes sociais.

Popular demonstrations in contemporary Brazil: civil society networks and demands on government (Abstract)

During June and July 2013 Brazil witnessed a series of mass demonstrations triggered by protests against public transport fare increases in the city of Sao Paulo. These demonstrations, mobilized through the social networks, quickly spread throughout the country, adding a whole range of further popular demands to the problem of public transport. However, after a few weeks the demonstrations, from being expressions of political dissatisfaction, turned into a media spectacle; while at the same time laying bare Brazilian society's demands towards the

state in the context of the country's class structure and struggle in the current social and economic setting.

Keywords: Brazil, state, demonstrations, power, social classes.

“O espetáculo apresenta-se como algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível. Sua única mensagem é “o que aparece é bom, o que é bom aparece”. A atitude que ele exige por princípio é aquela aceitação passiva que, na verdade, ele já obteve na medida em que aparece sem réplica, pelo seu monopólio da aparência”¹.

O Brasil assistiu em 2013 a uma sequência de manifestações populares desencadeadas pelo aumento da tarifa de transporte coletivo na cidade de São Paulo. O aumento da tarifa produziu a primeira onda de protestos mobilizada pelo Movimento Passe Livre (MPL), organização social que exige melhorias e gratuidade do transporte público no país. Estruturado em 2005, o MPL tem como pauta principal de reivindicação a qualidade do serviço de transporte público oferecido aos trabalhadores urbanos, embora atue também em outras frentes de discussão relacionadas ao planejamento e à intervenção política sobre a cidade. Segundo a carta de princípios divulgada pelo próprio MPL, trata-se de “um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário, sustentado pela força das ruas”².

Sediado em diferentes metrópoles brasileiras, onde a questão do transporte público possui problemas comuns associados à infraestrutura e à celeridade, o MPL esteve ativamente envolvido com os protestos em São Paulo. A maior cidade brasileira, com mais de 11 milhões de habitantes³, foi o estopim da maior sequência de manifestações da sociedade civil nacional mobilizada em torno das questões da mobilidade urbana, em particular da relação desarmoniosa entre a qualidade do serviço oferecido pelas concessionárias de transporte público e o custo das tarifas.

O protagonismo de São Paulo pode ser compreendido pela magnitude da crise de mobilidade em uma cidade que concentra 8,6% da frota nacional de veículos automotores, com mais de sete milhões de unidades, sendo 71% automóveis⁴, resultando em um trânsito severamente congestionado. Cabe ressaltar que, em 1997, “a média de quilômetros de congestionamento medidos pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) no sistema viário principal da cidade passou de 40 km, na hora de pico da tarde, para 120 km”⁵.

Entretanto, segundo Scaringella⁶, a crise de mobilidade em São Paulo envolve considerar, além do excesso de automóveis, a interconexão entre o uso e a ocupação do solo urbano, o intercâmbio entre os sistemas de transporte e a infraestrutura viária, e a

¹ Debord, 1997.

² Movimento Passe Livre, 2014.

³ IBGE, 2014.

⁴ Denatran, 2014.

⁵ Scaringella, 2001, p. 55.

⁶ Scaringella, 2001.

interação entre fator humano, veículo, via pública e meio ambiente. A partir desses tópicos constata-se que a crise da mobilidade paulistana é decorrente da falta de um planejamento urbano integrado que perceba o caos do sistema viário como uma crise da forma de ocupação urbana, da ausência parcial do Estado na gestão do uso do solo e da desconsideração dos motivos que levam diariamente as pessoas a se deslocarem na metrópole. Conforme o autor, “sabe-se até pela simples observação visual que a habitação cresce em direção do extremo leste da cidade e o trabalho avança no quadrante sudoeste. O resultado? Mais viagens, maiores distâncias percorridas e mais congestionamentos”⁷.

Na mesma direção, para Chauí⁸, a explosão no uso do automóvel individual, a expansão dos grandes condomínios e o aumento da exclusão social - devido ao crescimento das periferias carentes - são ingredientes do inferno urbano da metrópole paulista. Quanto ao transporte coletivo, a má conservação e insuficiência de trens para atender aos usuários, aliada à existência de um cartel que controla a revelia o transporte de ônibus, repercutem nas revoltas populares que de tempo em tempo são registradas em função das péssimas condições na prestação de um serviço público essencial⁹.

Assim, pelo fato de ser notícia recorrente, o destaque dado às manifestações contra o aumento da tarifa em São Paulo não se deveu ao ineditismo das reivindicações populares pelo transporte público de qualidade e a preço justo na cidade. A condição extraordinária se deveu à dimensão que o evento assumiu. Iniciada como manifestação local avessa ao acréscimo de R\$ 0,20 (vinte centavos de real) no preço do bilhete de ônibus e de metrô, os protestos prontamente incorporaram novas bandeiras e se proliferaram pelo país. Em pouco tempo, a problemática do transporte público urbano foi somada a uma série de reivindicações dirigidas aos poderes de Estado, as quais exigiam, entre outras medidas, o aperfeiçoamento no funcionamento do aparelho estatal a fim de atender aos anseios atuais da sociedade brasileira. Entre essas medidas estavam: a melhor sintonia entre as propostas legislativas e os interesses coletivos; a maior eficiência do judiciário na punição de casos de corrupção e desvios de conduta de políticos e agentes públicos; a maior transparência na aplicação de recursos públicos pelo governo, e a prioridade de investimentos públicos em setores de atendimento à população – educação, saúde, segurança - em detrimento do investimento em obras para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Na rápida expansão das manifestações, as mídias sociais ocuparam papel central na mobilização popular em larga escala. Por meio dela, no segundo protesto, no dia 06 de junho, foram reunidos pelo menos dois mil manifestantes contrários ao aumento da tarifa de transporte na capital paulista¹⁰. No final daquele mesmo mês, mais de um milhão de pessoas tomaram as ruas do país em mais de três centenas de cidades. Dessa maneira, pela primeira vez o uso das mídias sociais como estratégia de aglomeração mostrou-se capaz de agrupar uma parte da população brasileira descontente com algum aspecto da estrutura de poder vigente, revelando uma etapa distinta de atuação da

⁷ Scaringella, 2001, p. 55.

⁸ Chauí, 2013.

⁹ Chauí, 2013.

¹⁰ *Estadão*. Estimativa do número de manifestantes em São Paulo desde o início dos protestos [em linha]. 18 de junho de 2013.

sociedade civil pautada no uso dos meios informacionais e de comunicação digital como mecanismos de organização coletiva¹¹.

Em termos históricos, a principal diferença dessa estratégia de aglomeração deveu-se ao fato de que até então os movimentos contestatórios do poder no Brasil, quando mobilizados, estiveram reunidos sob a tutela de algum grupo ou entidade política. Convém recordar que as agremiações partidárias, sindicais e comunitárias capitanearam as manifestações das últimas décadas, entre elas em favor das eleições diretas durante os anos 80, ou pelo *impeachment* do ex-presidente Collor no início dos anos 90. Entretanto, diferente desses episódios, os protestos de 2013 não estiveram objetivamente aglutinados sob a bandeira de partidos políticos. Ao contrário, em levantamento realizado pelo Instituto Datafolha, 84% dos que participaram dos atos de junho e julho afirmaram não ter preferência partidária¹². Ademais, os partidos políticos, entre eles os de esquerda, foram extremamente rechaçados durante as manifestações¹³.

A ausência de lideranças de movimentos sociais ou agremiações partidárias na orquestração dos protestos explica, em parte, a agenda pulverizada dos pleitos que caracterizaram as manifestações seguintes às de luta pela redução do valor da tarifa de transporte em São Paulo. De maneira geral, esses pleitos estiveram concentrados na exposição de temas centrais da cena política do país naquele momento: o julgamento de políticos e ex-ministros de Estado por corrupção; os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e a Proposta da “Cura Gay”, um projeto de lei que pretendia autorizar psicólogos a oferecer tratamento para a homossexualidade [*sic*]; o debate sobre os recursos públicos aplicados em obras a fim de viabilizar a ocorrência de megaeventos esportivos no país nos próximos dois anos, além do Projeto de Emenda Complementar Trinta e Sete (PEC37), a qual pretendia desautorizar o Ministério Público a realizar investigações criminais.

Diante tal cenário, o artigo pretende analisar o teor das manifestações populares presenciadas no primeiro semestre de 2013 no Brasil e avaliar as características desses eventos diante da mobilização das massas por meio das mídias sociais. Além disso, procura elencar as circunstâncias motivadoras e avançar teoricamente na significação dos protestos. Metodologicamente, com o propósito de compor um quadro cronológico desses fenômenos, realizou-se levantamento de reportagens de mídia eletrônica e impressa sobre os episódios ocorridos entre os meses de junho e julho do referido ano. Para a análise, foram recuperados estudos que tratam do tema sobre os seguintes enfoques: manifestações populares; organização da sociedade civil; poder e política no Brasil atual.

Protestos: forma e dimensão

Durante os meses de junho e julho de 2013, o Brasil presenciou a uma sequência de manifestações em 354 cidades do país¹⁴. Iniciados pela insatisfação dos usuários de

¹¹ Santos, 1996; Castells, 1999; 2012.

¹² *Folha de São Paulo*. Em protesto de São Paulo, maioria não tem partido, diz Datafolha [em linha]. São Paulo, 12 de junho de 2013.

¹³ *CBN/RIO*. Manifestantes com bandeiras de partidos são hostilizados no centro do Rio [em linha]. Rio de Janeiro, 20 de junho 2013.

¹⁴ Alves, 2013.

transporte coletivo em São Paulo e capitaneados pelo Movimento Passe Livre, os protestos rapidamente se disseminaram pelo território nacional e foram acompanhados pela imprensa nacional e internacional.

Em termos cronológicos, o dia três de junho foi o marco provável do estopim dos protestos, data em que um grupo de moradores da Zona Sul de São Paulo sai em marcha contra o aumento da tarifa de transporte público urbano. Durante a passeata, a polícia militar da capital é acionada, mas o evento ocorre de maneira pacífica. Três dias depois, os protestos contra o preço da tarifa ganham força e passam a reunir mais de duas mil pessoas, alcançando o centro da cidade e a Avenida Paulista. Nesse dia aconteceu o primeiro embate entre a polícia militar e os integrantes, sendo detidas quinze pessoas. No dia seguinte, aconteceu novo protesto, com cerca de dois mil manifestantes, e cresceu o contingente policial de repressão, que passou de 40 do dia anterior para cerca de 350. No dia 11, uma nova manifestação tomou as ruas da capital paulista e 20 manifestantes foram detidos.

A passeata do dia 13 de junho foi, entretanto, a de maior envergadura em termos de repressão policial, sendo utilizadas balas de borracha e gás lacrimogêneo no confronto entre tropas militares e manifestantes. Nesse dia ocorreu a detenção de mais de duzentas pessoas, entre os quais estudantes, jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas. Diante do embate violento entre a polícia e os manifestantes, e a repercussão negativa do episódio nos diferentes meios de comunicação, acontece ainda no dia 13 o primeiro desdobramento político resultante dos protestos: o pronunciamento do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, posicionando-se contra o uso da força policial na repressão aos protestos e o anúncio do recuo no aumento do preço da tarifa de transporte na capital do Estado.

Nesse momento, porém, dada a repercussão das manifestações paulistas, uma série de eventos equivalentes se proliferaram pelo país. Igualmente motivados pelo do preço da tarifa e das condições precárias do transporte público, no dia 17 de junho são registrados protestos em pelos menos 28 cidades de 12 Estados da federação. Os maiores protestos ocorrem em São Paulo, onde se calculou a participação de aproximadamente 65 mil manifestantes, e no Rio de Janeiro, com cerca de 100 mil. Por sua vez, Vitória, Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba reuniram em torno de 60 mil participantes. Na capital federal, passeatas tomaram as ruas da cidade e os manifestantes chegam a ocupar a cobertura do Congresso Nacional¹⁵. Pela dimensão dos atos e o número de manifestantes, a presidente Dilma Rousseff fez nesse dia uma primeira avaliação dos protestos afirmando que “as manifestações pacíficas são legítimas e [que] são próprias da democracia, [pois é] próprio dos jovens se manifestarem”¹⁶.

A dispersão geográfica dos protestos do dia 17 de junho é um dos marcos da primeira onda de protestos articulados pelas mídias sociais em larga escala no país. A articulação para os eventos por tal meio pode ser explicada pela característica fundamental desse tipo de mídia: permitir aos usuários atuarem como nós ativos da rede, divulgar informações entre seus pares e influenciar comportamentos dos demais membros em

¹⁵ *Zero Hora*. Manifestantes tomam cobertura do congresso nacional [em linha]. Porto Alegre, 18 de junho de 2013.

¹⁶ *Planalto Nacional*. Dilma: manifestações pacíficas são legítimas e próprias da democracia. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Brasília, 17 de junho de 2013.

favor de uma ideia¹⁷. A difusão de uma ideia, quando bem articulada através dos ramos de interconexão entre os membros da rede, é finalmente capaz de acionar indivíduos em favor de uma causa.

Para Castells¹⁸, a mobilização da sociedade civil através das mídias sociais constitui-se estratégia atual de aglomeração das massas impulsionada por indivíduos que utilizam os meios de comunicação digital para manifestar-se publicamente. Segundo o autor, esses meios de comunicação desempenham papel fundamental no exercício do contrapoder, pois “oferecem a possibilidade de operar e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida”¹⁹. Nesse contexto, os episódios ocorridos recentemente no Brasil, no Mundo Árabe (Tunísia e Egito); na Espanha²⁰ e nos Estados Unidos²¹; são exemplos recentes da capacidade de mobilização através das mídias sociais e têm em comum a emergência de resistências ao poder construído em torno do Estado. Além disso, apesar de terem motivos diferentes, coincidem por “ignorar partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal”²².

No país, de acordo com Viana²³, o protagonismo ocupado pelas mídias sociais como forma de articulação da massa pode ser explicado ainda pelo escasso envolvimento da sociedade com agremiações como sindicatos, clubes e partidos políticos. Para o autor, essas instituições, historicamente engajadas com a organização dos movimentos sociais, não possuem hoje um trabalho de consolidação ou nucleação. Da mesma maneira, entidades representativas e com alguma inserção nos fóruns de poder, como a igreja católica, que cumpriam função importante de organização comunitária, ocupam atualmente papel secundário.

Através da mobilização através das mídias sociais e da cobertura jornalística, os atos públicos ganharam visibilidade e ampliou-se o ânimo dos participantes para novas manifestações. No dia 18 de junho, cerca de 240 mil participaram dos protestos, data em que a presidente Dilma Rousseff²⁴ pronunciou-se de maneira mais contundente na análise dos eventos, asseverando que o Brasil havia acordado mais forte e que o governo federal ouviria “as vozes da rua.” Além disso, a presidente voltou a ressaltar o caráter democrático das manifestações e a condenação dos atos de violência.²⁵ No dia 19 de junho houve manifestações em 29 cidades de 13 unidades da federação; no dia seguinte esse número chega a 139 de todos os estados e no Distrito Federal, com mais de um milhão de participantes.

O dia 20 de junho marca, porém, a incorporação de novas bandeiras às manifestações e a primeira ruptura na pauta dos protestos. Contemporâneas ao início das competições da

¹⁷ Aguiar, 2007.

¹⁸ Castells, 2012.

¹⁹ Castells, 2012, p. 19.

²⁰ Liderados pelo 15-M.

²¹ Organizados pelo OWC (Occupy Wall Street).

²² Castells, 2012.

²³ Viana, 2013.

²⁴ *Planalto Nacional*. Discurso da presidente da república, Dilma Rousseff, durante a cerimônia de lançamento do Marco Regulatório da Mineração. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República: Discursos. Brasília, de 18 de junho de 2013(a).

²⁵ Borba, 2013.

Copa das Confederações, torneio-teste realizado pela FIFA²⁶ um ano antes no país sede da Copa do Mundo, as manifestações da segunda quinzena de junho passaram a ecoar a oposição aos investimentos públicos com a realização do evento. Para tanto, grupos contrários à recepção dos megaeventos esportivos no Brasil rapidamente recrutaram adeptos e ganharam força. Tais grupos, articulados através de comitês populares da Copa do Mundo, passam a fazer uso das mídias sociais para disseminar informações a respeito da dimensão “elitista” dos megaeventos e denunciar os supostos desmandos políticos e “gastos públicos” a fim de viabilizá-los. Nesse sentido, mesmo havendo uma divulgação por parte do governo e de setores da mídia mostrando ser pequena a participação direta do governo federal nos gastos com a construção de estádios, a imagem dos estádios “padrão FIFA” em comparação com as más condições de escolas e hospitais, tornou essa uma bandeira de fácil aceitação para grande parte da população.

Um dos principais grupos de articulação do movimento contestatório aos recursos financeiros aplicados pelo Estado na hospedagem de megaeventos esportivos apresenta seu manifesto através do “Portal Popular da Copa e das Olimpíadas”. Nesse portal estão listados os temas que motivam a discussão sobre os impactos dos megaeventos nas cidades receptoras: remoção e despejos de moradores, precarização das condições de trabalho dos operários nas obras, discriminação e segregação social, mercantilização da cidade, autoritarismo, ameaça à soberania nacional etc²⁷. Para as lideranças do movimento, a discussão dos megaeventos está relacionada ainda às conseqüências das intervenções urbanas decorrente das instalações físicas para recepção das competições, as quais têm demonstrado a prioridade do Estado no atendimento do interesse privado em detrimento da coisa pública.

Ao longo das semanas de protestos durante a Copa das Confederações, os grupos de resistência à realização da Copa do Mundo mostraram-se diferenciados em relação às estratégias de atuação, dividindo-se entre os que promoviam protestos pacíficos e os que agiam de forma violenta. Segundo Cambricoli²⁸, esses grupos distintos se reuniram em torno da bandeira “se não tiver direitos não vai ter copa” e compuseram uma massa de militantes, de profissionais da área da saúde à *hackerativistas*²⁹.

Entre os que agiam com uso da força, destacaram-se os integrantes do movimento *Black Blocs*: uma tática de ação coletiva em que os manifestantes usam vestimentas e máscaras negras a fim de formar um contingente anônimo e, dessa maneira, poder suportar a repressão policial. Dupuis-Deri³⁰ esclarece que o *Black Bloc*, expressão cunhada pela polícia alemã na década de 80, constitui um movimento de crítica ao capitalismo e ao Estado liberal e caracteriza-se por empregar a força como um recurso de protesto de maneira não exclusiva. Os atos violentos acontecem somente em situações específicas e são dirigidas principalmente às forças de segurança e às instituições financeiras³¹.

²⁶ Federação Internacional de Futebol.

²⁷ Portal Popular da Copa, 2013.

²⁸ Cambricoli, 2014.

²⁹ Especialistas em invadir páginas da internet e publicar conteúdos em prol das causas que defendem.

³⁰ Dupuis-Deri, 2003.

³¹ Dupuis-Deri, 2003; Montenegro, 2013.

Contudo, no Brasil, o uso da luta violência como forma de desestabilizar o aparelho governamental foi condenado por 93% dos manifestantes³², o que revela a preferência da maior parte dos participantes aos métodos inspirados nas “revoluções coloridas”.³³ Nesse tipo de revolução, conforme o professor Gene Sharp³⁴, a luta não violenta é vista como a mais complexa, sendo travada pela guerra psicológica, social, econômica e política aplicada pela população e pelas instituições da sociedade contra o Estado. Para tanto, são utilizados meios de mobilização como protestos, greves, não cooperação, deslealdade, boicotes, marchas, desfiles de automóveis, procissões etc. Esses meios surtem efeito na medida em que os governos somente podem subsistir se contarem com a cooperação, submissão e obediência da população e das instituições da sociedade. O professor Gene Sharp salienta ainda que a principal força desse tipo de luta deve nascer internamente, mas suportes econômicos e comunicacionais podem ser concedidos pelas forças democráticas do exterior. A assistência internacional também pode contribuir incitando a opinião pública mundial contra a ditadura fundamentada em questões humanitárias, morais e religiosas. De outra forma, a assistência internacional pode ser acompanhada de apoio a sanções diplomáticas e econômicas, proibição de investimentos, embargo de armas e expulsão do país de várias organizações internacionais³⁵.

Os protestos que tiveram início em Brasília, na abertura da Copa das Confederações, intensificaram-se nos dias seguintes em torno dos estádios. Na primeira semana dos jogos, além de Brasília, houve protestos no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e em Fortaleza. Nesse período, mesmo o pronunciamento do comitê organizador do evento, realizado a fim de dissociar a torneio das demais agendas de reivindicação popular, surtiram efeito contrário e contribuíram para o fortalecimento das manifestações.

No contexto da ampliação das manifestações, e do redirecionamento das pautas internas dos protestos, no dia 21 de junho ocorreu a segunda declaração oficial da presidente Dilma Rousseff em cadeia nacional de rádio e TV. No pronunciamento, a presidente expôs o apoio às demandas de combate à corrupção e ao desvio de recursos públicos, apoiando igualmente às reivindicações de melhoria na prestação de serviços pelo Estado. Nessa direção, considerando “ouvir as vozes das ruas”, mencionou medidas e planos de gestão com vistas a atender tais requisitos: anunciou a recepção pelo governo dos líderes das manifestações pacíficas, dos representantes das organizações de jovens, dos trabalhadores, das entidades sindicais e das associações populares. Em relação à Copa do Mundo, a presidente ponderou que o gasto “com as arenas é fruto de financiamento devidamente pago pelas empresas e os governos que [exploram] estes estádios”³⁶. Além disso, afirmou que “jamais permitiria que esses recursos saíssem do

³² CNT/MDA, 2013.

³³ Moniz Bandeira, 2013, p. 108.

³⁴ Sharp, 2010.

³⁵ O manual do professor Gene Sharp é facilmente encontrado na internet e tem sido base para uma série de movimentos pelo mundo. Não há estudos ou dados que confirmem a utilização do manual pelos manifestantes no Brasil, mas parte das estratégias utilizadas nos protestos é muito semelhante às descritas no manual.

³⁶ *Planalto Nacional*. Pronunciamento da presidente da república, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República: Discursos. Brasília, de 21 de junho de 2013(b).

orçamento público federal, prejudicando setores prioritários como a saúde e a educação”³⁷.

Porém, no dia seguinte ao pronunciamento da presidente, os protestos contra a Copa continuaram. No jogo entre Brasil e Itália, em Salvador, a manifestação reuniu cerca de duas mil pessoas e foi reprimida de forma violenta pela polícia. Em Belo Horizonte, nos arredores do estádio Mineirão, também houve protestos e confronto entre manifestantes e a guarda estadual. A situação se repetiu nos demais dias de jogos nas seis cidades-sedes³⁸ da Copa das Confederações, reunindo em torno de 864 mil pessoas durante as duas semanas de competição. No jogo final, estima-se que cerca de 10 mil manifestantes participaram dos protestos contra o evento³⁹.

No dia 26 de junho, conforme pronunciado, a presidente Dilma Rousseff recebeu em Brasília representante das centrais sindicais e dos movimentos populares, entre eles o MPL. No mesmo dia, a governante reuniu-se com governadores e prefeitos de capitais para discutir a extensão das manifestações. Nessa reunião foram propostos pela chefe de governo cinco pactos: a) pela responsabilidade fiscal, a fim de controlar gastos públicos, garantir a estabilidade econômica e conter a inflação; b) pela reforma política, com vistas à ampliar a participação popular nos processos decisórios e tornar acessível as informações dos investimentos do governo pela sociedade; c) pela melhoria nos serviços públicos de saúde; d) pela melhoria de qualidade do transporte público; e) pela melhoria da educação pública⁴⁰.

Apesar do esforço do governo para tratar do tema, as manifestações pelo país continuaram. No próprio dia 26, mais de 83 mil pessoas foram para as ruas em 57 cidades de 13 Estados e no Distrito Federal. No dia seguinte, o número de envolvidos com os protestos alcançou pouco mais de 33 mil. Diante tal feito, o Congresso Nacional, com propósito de igualmente dar uma resposta às “vozes das ruas”, deu início à votação de pautas da “agenda positiva”: apreciação de projetos de lei com o objetivo de atender parte das reivindicações pleiteadas pelos manifestantes. Em dois dias, como resultado da “agenda positiva”, houve aprovação pelo Senado das seguintes pautas: a) a tipificação da corrupção como crime hediondo (PLS 204/2011); b) a inclusão do transporte público como parte dos direitos sociais (PEC 90/2011), c) a redução das exigências para apresentação de Projetos de Iniciativa Popular (PEC 03/2011 e PEC 45/2011) e d) a permanência de atribuição ao Ministério Público em conduzir investigações criminais e a consequente recusa das diretrizes propostas pela PEC-37.

Em julho, as pautas das manifestações foram pulverizadas e os protestos passaram a tratar dos mais variados temas. Conforme dados do levantamento realizado pela Confederação Nacional dos Transportes e pela MDA Pesquisas (CNT/MDA), entre os dias 07 e 10, foram apontados como motivos principais das manifestações daquele mês: a insatisfação com a corrupção (55%), com a qualidade dos serviços de saúde (47,2%), com os gastos da Copa do Mundo (43,7%), com os preços e a qualidade do transporte

³⁷ *Planalto Nacional*. Pronunciamento da presidente da república, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República: Discursos. Brasília, de 21 de junho de 2013(b).

³⁸ Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Recife, Fortaleza e Salvador.

³⁹ *Esquerda.net*. Cronologia dos vinte dias que abalaram o Brasil [em linha]. 29 de junho de 2013.

⁴⁰ Mendes et al., 2013.

urbano (30,8%), com a educação (30,5) e com a segurança (20,5%). No entanto, vale lembrar que a grande mídia já havia trabalhado a opinião pública, pois conforme apontado por Secco⁴¹, “o fato é que nos últimos dez anos a grande imprensa martela diariamente parte dos slogans que [apareceram] nas ruas: condenação seletiva da corrupção, contra os gastos públicos e os impostos.”

Em termos de aglomeração, a Copa das Confederações e a chamada das centrais sindicais para o Dia Nacional de Greves, Paralisações e Manifestações nas Ruas, no dia 11, constituíram epicentros dos atos públicos na primeira quinzena desse mês.⁴² Nas semanas seguintes, manifestações aconteceram na visita do Papa ao Rio de Janeiro e estiveram focadas em chamar a atenção da imprensa mundial para os problemas nacionais. Entretanto, inicia-se nesse período o recuo no número de manifestações pelo país. Entre as causas cogitadas para o recuo está o esvaziamento das propostas que deram origem aos protestos, os episódios violentos e à menor ênfase oferecida pela mídia na cobertura dos eventos.

Protestos: significação e conteúdo

A interpretação das manifestações ocorridas no Brasil exige analisar questões que, às margens do debate produzido pelos meios de comunicação de massa, são fundamentais para uma leitura sobre a gênese e desdobramentos dos acontecimentos de junho e julho de 2013. Essas questões dizem respeito à significação das manifestações, contextualizadas à luz do debate contemporâneo sobre as formas de luta da sociedade civil organizada, e de seu conteúdo político.

Com o propósito de debater essa significação e conteúdo dos protestos, convém esclarecer a eleição pelo menos quatro termos empregados no texto: a) utiliza-se manifestação e protesto como sinônimos considerando a definição *stricto sensu* das duas palavras latinas: manifestar de *manifestare*, ou seja, tornar público alguma coisa; e protestar da justaposição entre o prefixo *pro* (à frente) e o sufixo *testare* (testemunha), ou seja, declarar em público, testemunhar, reclamar⁴³; b) como categoria analítica, as manifestações ou protestos no Brasil são tomados como eventos, tipologia apresentada por Chauí⁴⁴ que julgamos adequada para tratar de uma aglomeração “sem saldo organizativo porque embora tenha partido de um movimento social (o MPL), à medida que cresceu passou à recusa da estrutura de um movimento social para se tornar um espetáculo de massa”⁴⁵; c) em termos conceituais, optou-se pelo uso da expressão mídias sociais ao invés de “redes sociais” a fim de resguardar um dos conceitos de rede mais conhecidos e prestigiados pelas Ciências Sociais⁴⁶. Além disso, parece-nos coerente a diferenciação proposta por Ciribelli e Paiva⁴⁷ de que mídia social é o meio que determinada rede social utiliza para se comunicar, ou seja, é a ferramenta que

⁴¹ Secco, 2013.

⁴² CNT/MDA, 2013. [a questão permitia múltipla resposta dos entrevistados].

⁴³ Valle, 2002.

⁴⁴ Chauí, 2013

⁴⁵ Chauí, 2013, p. 3

⁴⁶ Para a Antropologia Social, elaborada por Radcliffe-Brown na década de 1950, a noção de redes “pretendeu caracterizar a estrutura social como uma rede de relações institucionalmente controladas ou definidas”, como apontou Acioli, 2007, p. 3.

⁴⁷ Ciribelli e Paiva, 2011.

facilita a comunicação entre os usuários interagindo-os do conteúdo gerado por eles mesmos. Por sua vez, rede social é o conjunto de pessoas ou organizações que partilham valores e objetivos comuns através de alguma plataforma de mídia social; d) a fim de discutir o papel dos veículos de comunicação na mediação dos protestos, elegeram-se separar mídias sociais de meios de comunicação de massa. Apesar de entendermos que ambos são meios de comunicação, tomamos as mídias sociais como um veículo de autocomunicação e de relacionamento entre usuários em rede baseado no uso da internet e de plataformas de comunicação digital⁴⁸. Por outro lado, trataremos os meios de comunicação de massa como veículos de informação ligados às empresas convencionais de mídia, particularmente jornalística.

O sentido dos termos empregados expõe uma leitura particular das manifestações brasileiras da qual se pretende que sobressaia o entendimento das passeatas urbanas como episódios que transitam da insatisfação política a um espetáculo de mídia e, adiante, uma análise sobre a atual conjuntura governamental e de poder frente aos anseios da chamada “nova classe média nacional”. Para se compreender a transição da insatisfação política a um espetáculo de mídia é necessário ter em vista a ruptura entre as primeiras manifestações, capitaneadas pelo MPL, e as que se seguiram na segunda metade do mês de junho e no mês seguinte. Enquanto as primeiras, em São Paulo, tinham uma base ideológica de esquerda, e estavam atreladas a uma agenda clara de reivindicação, a redução das tarifas de transporte coletivo, as demais se caracterizaram por uma disputa de pauta de mobilização, com intenso rechaço à relação entre os manifestantes e os partidos políticos. O episódio do dia 20 de junho, em que um manifestante é hostilizado pelos demais quando portava em uma passeata uma bandeira partidária, exemplifica a pretensa “despolitização” que pretendiam serem reconhecidos os que protestavam.

Porém, a contradição da suposta “neutralidade” das manifestações está no fato de que sendo a pauta das reivindicações centradas em demandas sobre o poder político, seu conteúdo propositivo não poderia ser outro senão político⁴⁹. Apesar de reconhecermos, como afirmou Mair⁵⁰, “que os partidos políticos já não conseguem mobilizar os cidadãos em torno de seus interesses, nem gozam de uma presença significativa no seio da sociedade”, eles se legitimam “através da ideologia da representação e expressam os interesses de uma ou outra classe”⁵¹. Isso significa que as mobilizações populares só podem ser construídas por indivíduos autônomos que intrinsecamente representam uma classe e seus interesses. Ademais, embora a coesão interna das manifestações fosse garantida pelo discurso “pluripolítico” e “apartidário”, seu contraponto transparece à medida que sendo representativas de uma parcela da sociedade, não é coerente que essas classes, e os indivíduos pertencentes a cada uma delas, defendam as mesmas ideias. Nessa direção, de acordo com Chauí⁵², a aparente ação da juventude e homogeneidade do universo dos manifestantes tinha como pano de fundo a expressão da heterogeneidade econômica, social e política da sociedade brasileira.

⁴⁸ Castells, 2012.

⁴⁹ Na mesma perspectiva apresentada por Max Weber de a “política significar a participação no poder ou a luta para influir na distribuição do poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado”, como expuseram Gerth e Wright Mills, 1967, p. 56.

⁵⁰ Mair, 2003, p. 280

⁵¹ Viana, 2003, p.12.

⁵² Chauí, 2013.

Uma das consequências do caráter “despolitizado” dos protestos é que a partir da junção de múltiplas posições políticas, as pautas de reivindicações desses eventos tornaram-se dispersas, nebulosas e mesmo contraditórias. Uma clara ilustração disso é a substituição no transcorrer das manifestações dos atos contrários à elevação das tarifas de transporte público e com gastos públicos para recepção dos megaeventos, pelas bandeiras “anticorrupção”, “em prol da assistência social do Estado”, da “distribuição dos *royalties* do petróleo”, e assim por diante. A diferença dessas pautas é que enquanto a redução das tarifas de transporte e o controle sobre os recursos destinados aos megaeventos são reivindicações orientadas às esferas de poder que por elas respondem, no primeiro caso os governos municipais e, no segundo, o governo federal, as demais demandas não são específicas a uma única esfera da administração pública. Ora, sendo o combate à corrupção e a melhoria nos serviços de atendimento coletivos esperados do Estado independente das siglas partidárias e das hierarquias governamentais, essas bandeiras foram utilizadas principalmente para agregar grupos de manifestantes em torno de causas comuns⁵³, ou seja, foram empregadas mais para produzir aglomerações que efetivamente operadas com o propósito de apontar e exigir mudanças sobre as estruturas de poder vigentes.

Por outro lado, a “despolitização” das manifestações permitiu aos meios de comunicação de massa apoderar-se do sentido dos protestos na medida em que não havendo um movimento que respondesse pelo seu conteúdo político, abriu-se caminho para que tais meios oferecessem, à sua maneira, uma “leitura” dos acontecimentos. Como consequência dessa leitura, três desdobramentos importantes foram percebidos durante as semanas de protesto: a) uma rápida dispersão da informação através das mídias sociais, as quais se tornaram o *locus* de interpretação dos fatos, de compartilhamento de notícias e de convocação dos usuários à replicação das manifestações; b) a conformação do circuito *notícia-evento-notícia* a partir da circulação da informação e seus efeitos: a mobilização da população para novos protestos e a retroalimentação da notícia; c) a participação de indivíduos em atos públicos motivados pelo cenário das aglomerações, não exatamente por suas causas, uma característica de certa parcela de usuários das mídias sociais interessados apenas pelo espetáculo que os eventos desse tipo representam.

Nesse contexto, a transição da insatisfação política a um espetáculo de mídia das manifestações é a constatação de que as reivindicações iniciais do movimento passaram, no decorrer das semanas, a condição de uma sequência de eventos desunificados e mesmo contraditórios. Assim, as manifestações, ao mesmo tempo em que se tornaram amplamente difundidas pelas mídias sociais, caracterizadas por sua indiscutível capacidade em mobilizar usuários em favor de um fenômeno, apresentaram como revés o interesse de parte desses mesmos usuários unicamente pela figuração do espetáculo e não pela sua significação.

Esses usuários, que pleiteiam serem vistos como protagonistas da cena política brasileira constituem ainda uma parte da sociedade que passou a ser chamada de “nova” classe média nacional. Uma classe média, conforme Viana⁵⁴, resultante da transição socioeconômica vivenciada pelo país nas últimas décadas, mas que está sem perspectiva

⁵³ São “causas-clichês”, ou seja, reivindicações com elevada capacidade adesão, mas que perderam ao longo do tempo seu conteúdo propositivo.

⁵⁴ Viana, 2013.

para seus projetos pessoais. Chauí⁵⁵ define essa “nova classe média” como a expressão de uma nova classe trabalhadora absorvida pela ideologia do individualismo, da competição, do sucesso a qualquer preço, do isolamento e do consumo. Segundo a autora, trata-se de uma classe heterogênea, fragmentada e sem forma de luta organizada.

A clivagem social entre a classe média tradicional e a nova classe trabalhadora apresentada por Chauí⁵⁶ pode ser compreendida tomando os resultados do levantamento realizado pelo Instituto Data Popular sobre a percepção da classe média tradicional sobre a nova classe média. De acordo com o levantamento, a nova classe média é mal vista pela classe média tradicional, pois, para essa, ela desqualifica o consumo de alguns produtos, contribui para a piora geral dos serviços privados, além de estar associada a “pessoas mal vestidas e que deveriam ser barradas em certos lugares [sic]”⁵⁷.

Essa classe média fragmentada e heterogênea foi, todavia, a fatia da população mais atuante nos protestos de junho e julho. Uma parcela da população que aspira por mudanças institucionais, mas que está comprometida com os valores e projetos de crescimento econômico classista⁵⁸. Além disso, conforme Marcelo Ridenti⁵⁹, comparada com movimentos recentes presenciados nos Estados Unidos, na Europa, e no Mundo Árabe, capitaneados por jovens que protestavam contra a desigualdade social e econômica, as variáveis que levaram às manifestações brasileiras foram diferentes e envolveram “uma juventude de estudantes, muitos dos quais trabalhavam, e [outros] recém-formados que não encontram no trabalho a possibilidade de manter o padrão de vida familiar [...]” Dessa maneira, as bandeiras de reivindicação das manifestações brasileiras estiveram associadas majoritariamente aos interesses da classe média.

Essa agenda de interesses da “nova classe média” nacional destoa, entretanto, do papel ocupado por ela na cena política do país. De acordo com Cunha Filho⁶⁰, desde o final do século XIX é evidente o engajamento político e a liderança da classe média nos movimentos radicais contrários às formas de poder tradicionais, entre os quais os que levaram à instalação do regime republicano, à organização de revoltas e às mobilizações urbanas no início do século XX. Ademais, o ímpeto de objeção da classe média nacional ao poder unilateral do Estado está intimamente ligado à vanguarda intelectual dos grupos que dela tiveram origem e sua importância para a ruptura social que conduziu à chamada “modernização” do país no último século. Nesse sentido, ressalta Abramo⁶¹, a classe média, e, sobretudo, a juventude de classe média brasileira vinculada a entidades estudantis e a juventudes partidárias, atuou de forma destacada no processo de democratização e combate ao conservadorismo político entre as décadas de 1930 e 1970. Na década seguinte, o envolvimento da classe média nacional nos movimentos populares, somado aos movimentos estudantis, contribuiu para a abertura política do país. É a partir da década de 1980, após o movimento pelas eleições diretas à presidência, que tem início o enfraquecimento da inserção política de perspectiva crítica da classe média, sendo que já no começo da década seguinte “sua participação nas

⁵⁵ Chauí, 2013.

⁵⁶ Chauí, 2013.

⁵⁷ *Carta Capital*. Nova classe média incomoda parte da velha classe média, aponta Data Popular [em linha]. São Paulo, 18 novembro 2011.

⁵⁸ Chauí, 2013.

⁵⁹ UNICAMP, 2013.

⁶⁰ Cunha Filho, 2004.

⁶¹ Abramo, 1997.

movimentações de ruas pelo *impeachment* de Collor foram largamente desqualificadas por serem 'espontaneistas', 'espetaculares', com dimensão mais de 'festa' a de 'efetiva' politização⁶². O coroamento desse processo de mudança de posição política da classe média foi percebido finalmente nos acontecimentos de junho e julho, quando o setor médio da sociedade brasileira se mostrou defensora dos posicionamentos elitistas e contestatório das mediações de poder, convencionalmente relacionados à direita.

Essa postura por parte da classe média pode ser compreendida à luz de algumas bandeiras sustentada pelos manifestantes, entre elas as de repúdio contra os programas governamentais de assistência social e de distribuição de renda. Tais programas, no Brasil, apesar das distorções e problemas, possibilitaram nos últimos anos à classe trabalhadora acessar espaços privilegiados que simbolicamente delimitava o patamar ocupado pelos mais ricos. A contestação aos programas federais pela classe média acontece porque, para uma parte dela, “a idéia de que uma parcela da população receber numerário é comumente classificada como esmola e teria como consequência uma acomodação dos beneficiários em relação ao trabalho, o chamado 'efeito-preguiça’”⁶³.

A contestação dos programas de distribuição de renda estatal pela classe média indica ainda o interesse que possui na manutenção de seu *status* hegemônico e a exacerbação do problema do subemprego e de trabalho precário que cada vez mais atinge essa população. Esse estrato populacional, que possui um *ethos* de “classe média”, é formado por um contingente de jovens-adultos, altamente escolarizados, mas que tendo em vista a nova dinâmica do mercado de trabalho no Brasil estão desempregados ou inseridos em relações salariais precárias⁶⁴.

A precarização das condições de trabalho a que está submetida parte da classe média contrasta, por outro lado, com a ambição econômica e os desejos de consumo que possui⁶⁵. Devido às condições atuais, em que a empregabilidade independente apenas da posse do diploma, uma parcela dessa população está despojada do conforto que até então possuía em realizar seus projetos futuros. Diante tal cenário, a classe média passou a lutar por “direitos” que há duas ou três décadas eram considerados seus próprios privilégios e definiam sua posição de classe.

As reivindicações da classe média por “seus direitos” possuem, entretanto, traços curiosos: em primeiro lugar devido ao enfraquecimento dos movimentos sociais e a centralidade dos pleitos por ações da sociedade civil, as manifestações públicas tornam-se um aglomerado de indivíduos que possuem em comum apenas a oposição às estruturas de poder. Não há, portanto, um conteúdo ideológico e projeto de sociedade que unifique seus membros, mas uma dezena de petições distintas, sendo algumas inclusive opostas entre si. Um exemplo dessa contradição nas manifestações são as palavras de ordem que ecoavam nas ruas exigindo a redução de impostos, marca das políticas neoliberais, ao lado das que clamavam por maior investimento governamental em saúde, segurança e educação, ou seja, que reivindicavam a ampliação dos programas

⁶² Abramo, 1997, p.27.

⁶³ Castro et al., 2009, p.337.

⁶⁴ Gadea, 2013.

⁶⁵ Como apontou O'Dougherty, 1998, p.411, “o consumo é um recurso central na formação da identidade da classe média”.

de Estado de Bem-Estar Social. No artigo de Chauí⁶⁶, a autora chamou a atenção para contradição similar ao se perguntar se os jovens manifestantes que viviam em condomínios fechados e que saíam às ruas para protestar contra o “inferno urbano” de São Paulo consideravam o fato de que também eram responsáveis por tal situação, pois contribuíam para o aumento da densidade demográfica dos bairros, para a expulsão dos moradores para as periferias e para a ampliação da frota de automóveis circulantes na cidade.

Outra questão relacionada ao teor das reivindicações da classe média é o fato de que elas defendem, mesmo de forma velada, o velho estatuto do “todos iguais, mas alguns mais iguais que outros”. Baseada na manutenção dessa máxima, a classe média procura resguardar sua ambição econômica, ao mesmo tempo em que o aumento da capacidade de consumo dos mais pobres é interpretado por ela como um inconveniente. Nos protestos do último ano pelo menos duas bandeiras evidenciaram isso: o repúdio aos investimentos para a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas e o ataque aos programas estatais de distribuição de renda. O repúdio à Copa do Mundo e às Olimpíadas, apesar de geralmente tratado pelos veículos de mídia como uma cobrança popular sobre a má gestão do dinheiro público, revela, do ponto de vista dos interesses da classe média, o questionamento de como esses megaeventos podem reverter-se em benefícios para si. A falta de uma resposta por parte do Estado que convença e, principalmente, agrade à classe média, reverte-se em combustível que alimenta os protestos anti-Copa e anti-Olimpíadas que têm como lema mais importante a “exclusão”.

Entretanto, a “exclusão” que motiva os protestos contra os megaeventos é paradoxalmente esquecida quando a massa de manifestantes de classe média opõe-se aos direitos dos mais pobres atendidos pelos programas governamentais de assistência social, deixando transparecer o que possuem internalizados de mais elitista e conservador. Ademais, a crítica à Bolsa Família pelo setor médio é contraditoriamente acompanhada pela defesa da desoneração de impostos das montadoras de veículos no Brasil, as quais possuem as maiores taxas de lucro do setor no mundo, possibilitando a compra de carros novos com preços reduzidos e, conseqüentemente, piorando a situação do trânsito e transporte público nas grandes cidades.

Um terceiro traço das reivindicações da classe média brasileira, apesar de não exclusiva a ela, está alicerçado na postura dependente e paternalista que mantém em relação ao aparelho estatal. Essa postura é o que motiva de tempos em tempos as revoltas que articula contra os poderes de Estado associadas ao lugar-comum de que “tudo é culpa do governo”. Nessa perspectiva, as demandas sociais não se realizam porque passam a ser percebidas como interesse ou desinteresse único dos governantes e não como resultado da precária participação política dos indivíduos. É nesse contexto que se pode compreender a recusa por parte dos manifestantes em assumir o caráter político dos protestos, considerando que, para esses, equivocadamente, a política não apenas é indesejável como está alheia aos interesses coletivos. Outro indício da ideia de despolitização é o fato de praticamente não aparecer de forma mais sistemática uma

⁶⁶ Chauí, 2013.

crítica ao que se paga em juros da dívida pública, que representou mais de 40% do orçamento da união em 2012⁶⁷.

Nesse contexto, as manifestações dos últimos meses, longe de indicar uma ruptura com as estruturas de poder e de organização do Estado, tiveram como um de seus significados mais importantes a retomada da discussão sobre o *status* do arranjo social brasileiro e a exacerbação, através das diferentes bandeiras, dos interesses de classe. Tal mosaico de pautas, e suas contradições no interior dos protestos, constituem as condições objetivas que permitem as múltiplas leituras do conteúdo dos eventos e tornam as variáveis de compreensão das manifestações no país particulares em detrimento das sucedidas em outras partes do mundo no mesmo período.

Considerações Finais

De acordo com levantamento realizado pela CNT/MDA⁶⁸, os protestos de junho e julho de 2013 no Brasil, iniciados pela contestação ao aumento de preço da tarifa e à qualidade do transporte público, foram tomados no decorrer das semanas por reivindicações mais amplas. Entre as reivindicações, o fim da corrupção (40,3%), as melhorias na saúde (24,6%), a reforma política (16,5%) e as melhorias na educação (7,8%), foram apontadas como as mais importantes. Além disso, o levantamento revelou que 80% dos 17 milhões de brasileiros acima de 16 anos que afirmaram ter participado de alguma manifestação tiveram conhecimento sobre os eventos por meio das mídias sociais⁶⁹.

A mobilização da população para os protestos, repercutida de forma viral por esse tipo de mídia, foi fortalecida pela exposição dos atos públicos pelos diferentes meios de comunicação de massa e revelou uma organização inédita da sociedade civil em favor da contestação da estrutura de poder vigente no país⁷⁰. Tal contestação dirigiu-se principalmente ao *modus operandi* do Estado, sendo três as variáveis essenciais para se analisar o significado e os desdobramentos das manifestações: o papel desempenhado pelos veículos de mídia, a conjuntura de poder estabelecido e a luta de classes no atual cenário social e econômico brasileiro. Essas variáveis inter-relacionadas permitiram às manifestações tomar a dimensão que tiveram, ainda que em seu desenrolar a forma dos protestos tenha sobressaído a sua significação.

Em termos políticos, ponto importante a ressaltar é que a esquerda ao abandonar boa parte dos seus trabalhos de base - algo fundamental nas origens do PT⁷¹, atual partido no governo – como os movimentos sociais ou a sociedade organizada (igreja, sindicatos, partidos) foi pego de surpresa pelas manifestações. A despolitização, ou mesmo a “antipolítica”, tornou as manifestações fruto de disputas de projetos muito diferentes de sociedade. Muitos dos manifestantes misturavam bandeiras tipicamente neoliberais (menos impostos, contra gastos públicos), com tradicionais bandeiras de esquerda (mais

⁶⁷ Conforme dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

⁶⁸ CNT/MDA, 2013.

⁶⁹ Segundo o relatório da CNT/MDA, 79,2% dos manifestantes consideraram ainda as mídias sociais como muito influentes para a formação da opinião pública.

⁷⁰ Mesmo tendo sido convocado pelas mídias sociais, a grande mídia teve papel fundamental na disputa pelo significado do movimento. Talvez a grande novidade tenha sido de que ela não é mais a única voz, mas ainda assim é muito importante pelo poder aglutinador que a grande mídia possui.

⁷¹ Partido dos Trabalhadores

verba para educação e saúde), ao mesmo tempo em que bandeiras conservadoras permeavam entre ambas com a repulsa a partidos políticos, contra os direitos humanos para “bandidos” etc. A falta de uma formação política faz com que as táticas utilizadas nas manifestações tenham pouca ou nenhuma preocupação com suas consequências políticas a médio e longo prazo, reina o imediatismo. Também faz com que anarquistas e liberais levantem a mesma bandeira querendo dizer exatamente o oposto.

Nesses termos, dificuldade de apreensão da significação das manifestações é razoavelmente compreendida considerando a multiplicidade de pautas somada a dispersão geográfica dos protestos. Diferente de outros momentos políticos do país em que havia uma motivação em torno de uma causa comum, os protestos de junho e julho não permitem ser interpretados apenas pelas repercussões de seu fato gerador: os atos contra o aumento da tarifa e as demandas pela qualidade do transporte público urbano em São Paulo. A partir da discussão sobre a tarifa e as condições do transporte, percebeu-se o transbordamento de inúmeras outras bandeiras de reivindicação. Tais reivindicações, grosso modo, pretenderam trazer à tona o debate político sobre a governabilidade e o funcionamento do aparelho estatal. Entretanto, a ausência de ações coordenadas baseadas em pautas objetivas, sintoma das aglomerações distanciadas dos movimentos sociais, impediu que tais eventos adquirissem uma significação política de maior envergadura.

De todo modo, apesar de certa lacuna ideológica, as manifestações da metade de 2013 contribuíram para recuperar o debate sobre a composição e a luta de classes no Brasil contemporâneo, debate fundamental para uma revisão do papel das instâncias de governança e de poder do Estado sobre a sociedade. Trata-se, na perspectiva apontada por Giddens⁷², de considerar a tensão entre as classes, próprias do capitalismo, e a maneira como o caráter classista desse sistema social afeta o Estado e sua governabilidade. Por outro lado, os episódios, ao ressaltarem os “movimentos sociais em rede”, ou seja, “movimentos que, em última instância, farão as sociedades do século XXI, ao se engajarem em práticas conflitivas enraizadas nas contradições de nosso mundo”⁷³ merecerão ser mais bem analisados pelos intelectuais brasileiros nos próximos anos.

Bibliografia

ACIOLI, Sonia. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. *Informação & Informação*. [Em linha]. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, dezembro de 2007, vol. 12. <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1784>>. [13 de fevereiro de 2002].

AGUIAR, Sonia. Redes sociais na internet. Desafios à pesquisa. In: *Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação: Santos, 2007, p. 1-15.

ALVES, Giovanni. Precariado: espinha dorsal dos protestos nas ruas das 353 cidades brasileiras. In: ALVES, Giovanni; ROCHA, Bruno Lima; GADEA, Carlos; ALVES,

⁷² Giddens, 1988.

⁷³ Castells, 2012, p.12.

Giovanni; COCCO, Giuseppe; VIANA, Luiz Werneck; RICCI, Rudá. #VEMpraRUA: outono brasileiro? Leituras. *Caderno IHU Ideias*, 2013, ano II, nº 191, p. 34-43.

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 1997, vol. 5, nº 6, p. 25-36.

BORBA, Breno Costa Julia. Dilma diz que “Brasil acordou mais forte” após as manifestações [em linha]. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 18 de junho de 2013. <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296978-dilma-diz-que-brasil-acordou-mais-forte-apos-manifestacoes.shtml>>. [15 de janeiro 2014].

CAMBRICOLI, Fabiana. Black bloc de SP vai radicalizar na Copa [em linha]. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 16 de fevereiro de 2014. <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,black-bloc-de-sp-vai-radicalizar-na-copa,1130818,0.htm>>. [20 de fevereiro 2014].

CARTA CAPITAL. *Nova classe média incomoda parte da velha classe média, aponta Data Popular* [em linha]. São Paulo, 18 novembro 2011. <<http://www.cartacapital.com.br/economia/nova-classe-media-incomoda-a-velha-classe-media-aponta-data-popular/>>. [13 de março de 2014].

CASTELLS, Manuel. *La era de la información. Economía, sociedad y cultura. La sociedad red* (vol.1). Madrid: Alianza Editorial, 1999. 656p.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignación y esperanza. Los movimientos sociales en era de internet*. Madrid: Alianza, 2012. 294 p.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; WALTER, Maria Inez Machado Telles; SANTANA, Cora Maria Bender de; STEPHANOU, Michelle Conceição. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. *Opinião Pública*, 2009, vol. 15, nº 2, p. 333-355.

CBN. *Manifestantes com bandeiras de partidos são hostilizados no centro do Rio* [em linha]. Rio de Janeiro, 20 de junho 2013. <<http://cbn.globoradio.globo.com/rio-de-janeiro/2013/06/20/manifestantes-com-bandeiras-de-partidos-sao-hostilizados-no-centro-do-rio.htm>>. [13 de março 2014].

CHAUÍ, Marilena. As manifestações de junho de 2013 em São Paulo. *Teoria e Debate*. [Em linha]. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, 27 de junho de 2013, vol. 113. <<http://www.teoriaedebate.org.br/edicoes/4081>>. [31 janeiro 2013].

CIRIBELLI, João Paulo; PAIVA, Victor Hugo Pereira. Redes e mídias sociais na internet: realidades e perspectivas de um mundo conectado. *Mediação*, 2013, vol. 15, nº 17, p. 58-74.

CNT/MDA [em linha]. *Relatório Síntese*. Rodada 114. Execução: 07 a 10 de julho de 2013, 50p. <<http://www.cnt.org.br/Imagens%20CNT/PDFs%20CNT/Pesquisa%20CNT%20MDA/>>

Relatorio%20SINTESE%20-%20CNT%20JULHO2013%20-%20R11420FINAL.pdf>.
[09 de março de 2014].

CUNHA FILHO, Valter Fernandes da. Classe Média e Movimentos Radicais: uma proposta de retorno à história política a partir do conceito de classe. In: *Anais do IX Encontro Regional de História. Identidades e representações*. Ponta Grossa, 2004, p. 1-12.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 237p.

DENATRAN. *Frota nacional de veículos de dezembro de dezembro de 2013*. [Em linha]. <<http://www.denatran.gov.br/frota2013.htm>>. [31 de janeiro de 2014].

DEPUIS-DERI, Francis. Black Blocs: bas les masques. *Mouvements des idées et des luttes*, 2003, n° 25, p. 1-12.

ESQUERDA.NET. *Cronologia dos vinte dias que abalaram o Brasil* [em linha]. 29 de junho de 2013. <<http://www.esquerda.net/dossier/cronologia-dos-vinte-dias-que-abalaram-o-brasil/28450>> [13 de março de 2014].

ESTADÃO. *Estimativa do número de manifestantes em São Paulo desde o início dos protestos* [em linha]. 18 de junho de 2013. <<http://blog.estadaodados.com/veja-estimativas-do-numero-de-manifestantes-em-sp-desde-inicio-dos-protestos>>. [02 de fevereiro de 2014].

FOLHA DE SÃO PAULO. *Em protesto de São Paulo, maioria não tem partido, diz Datafolha* [em linha]. São Paulo, 12 de junho de 2013. <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296886-em-protesto-de-sp-maioria-nao-tem-partido-diz-datafolha.shtml>>. [03 de janeiro de 2014].

GADEA, Carlos. Manifestação jovem de Porto Alegre: uma crítica a instrumentalização da vida. In: ALVES, Giovanni; ROCHA, Bruno Lima; GADEA, Carlos; ALVES, Giovanni; COCCO, Giuseppe; VIANA, Luiz Werneck; RICCI, Rudá. #VEMpraRUA: outono brasileiro? leituras. *Caderno IHU Ideias*, 2013, ano II, n° 191, p. 12-22.

GERTH, Hans Heinrich; WRIGHT MILLS, Charles. Max Weber: a política como vocação. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1967, p. 55-89.

GIDDENS, Anthony. Dimensões da Modernidade. *Sociologia Problemas e Práticas*, 1988, n° 4, p. 237-244.

IBGE [em linha]. *Informações estatísticas da cidade de São Paulo*. <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/paulosao-paulo>>. [31 de janeiro de 2014].

LIMA, Vinicius A. de. *Mídia: Teoria e política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

LIMA, Vinicius A. de. Sete teses sobre mídia e política no Brasil. *Revista USP*, 61 (1) 2004, p. 48-57.

MAIR, Peter. Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social*, 2003, vol. XXXVIII, nº 167, p. 277-293.

MENDES, Priscila; COSTA, Fabiano; PASSARINHO, Nathalia. Dilma propõe cinco pactos e plebiscito para constituinte da reforma política [em linha]. *Portal G1* 24 de junho de 2013. <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-propoe-5-pactos-e-plebiscito-para-constituente-da-reforma-politica.html>>. [10 de janeiro de 2014].

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO. *Orçamento 2014 disponível para o cidadão*. [Em linha]. <<http://www.orcamentofederal.gov.br/noticias/portugues/destaques/2013/orcamento-2014-disponivel-para-ocidadao/?searchterm=or%C3%A7amento%20d%C3%ADvida>>. [5 de fevereiro de 2014].

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MONTENEGRO, Carolina. Black Blocs cativam e assustam manifestantes mundo afora [em linha]. *BBC Brasil*. 08 de outubro de 2013. <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/09/130822_black_block_protestos_m.m.shtml>. [31 de janeiro de 2014].

O'DOUGHERTY, Maureen. Auto-retratos da classe média: hierarquias de "cultura" e consumo em São Paulo. *Dados*, 1998, vol. 41, nº 2, p. 411-444.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. *Apresentação* [em linha]. Seção São Paulo. <<http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao>>. [18 de janeiro de 2014].

PLANALTO NACIONAL. *Dilma: manifestações pacíficas são legítimas e próprias da democracia*. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Brasília, 17 de junho de 2013. [Em linha]. <<http://blog.planalto.gov.br/dilma-manifestacoes-pacificas-sao-legitimas-e-proprias-da-democracia/trackback/>>. [20 de fevereiro de 2014].

PLANALTO NACIONAL. *Discurso da presidente da república, Dilma Rousseff, durante a cerimônia de lançamento do Marco Regulatório da Mineração*. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República: Discursos. Brasília, de 18 de junho de 2013(a). [Em linha]. <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-lancamento-do-marco-regulatorio-da-mineracao-brasilia-df/view>>. [20 de fevereiro de 2014].

PLANALTO NACIONAL. *Pronunciamento da presidente da república, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV*. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República: Discursos. Brasília, de 21 de junho de 2013(b). [Em linha].

<<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/pronunciamento-da-presidenta-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>>. [20 de fevereiro de 2014].

PORTAL POPULAR DA COPA. *Temas* [em linha]. <<http://www.portalpopulardacopa.org.br/>>. [06 de fevereiro de 2014].

SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. 323p.

SCARINGELLA, Roberto Salvador. A crise da mobilidade urbana em São Paulo. *São Paulo em perspectiva*, 2001, vol. 15, nº 1, p. 55-59.

SECCO, Lincoln. O Junho de 2013. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, 02 julho 2013. <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1447>>. [15 março 2014].

SHARP, Gene. *Da ditadura à democracia: uma estrutura conceitual para a libertação*. Tradução José A.S. Filardo. São Paulo: The Albert Einstein Institution, 4ª ed. 2010.

UNICAMP [em linha]. *Pesquisadores analisam manifestações*. Campinas: Universidade de Campinas, 27 de setembro de 2013. <<http://www.unicamp.br/unicamp/clipping/2013/09/27/pesquisadores-analisam-manifestacoes>>. [27 de setembro de 2013].

VALLE, Gabriel. *Dicionário de expressões jurídicas latim-português*. 2ª ed. Campinas: Copola, 2002. 398p.

VIANA, Nildo. *O que são partidos políticos?* Goiânia: Gimial, 2003. 87p.

VIANA, Luiz Werneck A busca por reconhecimento e participação política: o combustível das manifestações. In: ALVES, Giovanni; ROCHA, Bruno Lima; GADEA, Carlos; ALVES, Giovanni; COCCO, Giuseppe; VIANA, Luiz Werneck; RICCI, Rudá. #VEMpraRUA: outono brasileiro? Leituras. *Caderno IHU Ideias*, 2013, ano II, nº 191, p. 07-11.

ZERO HORA *Manifestantes tomam cobertura do congresso nacional* [em linha]. Porto Alegre, 18 de junho de 2013. <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2013/06/manifestantes-tomam-cobertura-do-congresso-nacional-4172686.html>>. [18 de fevereiro de 2014].